

---

Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1986, 4.<sup>a</sup> ed. (1.<sup>a</sup> ed: 1945)

---

É ele próprio quem escreve: a «história eventual decorre sem afectar a tenaz pertinência da história estrutural» — a propósito da vida do campo<sup>(1)</sup>; ou, por outras palavras, este livro reflecte as «permanências ou inércias que continuam a pesar fortemente na geografia de Portugal» (Prefácio à 4.<sup>a</sup> ed., pág. XIX), enquanto se desenrolam «as rápidas transformações por que o mundo passa» (Prefácio da 2.<sup>a</sup> ed., pág. XVI). E é essa, de facto, a primeira sensação que se conhece ao ler este livro: o assinalar de uma série de traços estruturais que têm definido a sociedade portuguesa, que lhe conferem coesão e durabilidade, e que são mais longos, e mais profundos, do que pequenas, convulsões sociais localizadas no tempo.

Porque razão se emigra, por exemplo? Uma análise que se debruce sobre a emigração portuguesa contemporânea, destinada à Europa do pós-Guerra, focará provavelmente as relações económicas internacionais que então se geraram; mas como é possível esquecer que desde há muito os portugueses emigram (ou que desde há muito a área densamente povoada do Noroeste contribui com uma larga parte dos efectivos)? Porque se emigra em Portugal? — Porque, escreve O. Ribeiro, «(...) a terra é pobre, e a gente é muita» (pág. 27). A explicação é perturbantemente simples: mas não é verdade que, por condições naturais, o solo português é escasso de recursos e que desde há muito os países mediterrânicos se con-

<sup>(1)</sup> O. Ribeiro, «Povoamento», em Joel Serrão, *Dicionário da História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, vol. IV, pág. 472.

tam «entre os grandes produtores de gente» (pág. 98)? A explicação é simples: mas os factos complexos não são afinal os mais simples (e difíceis) de explicar?

271

Porque razão há oposições regionais, em Portugal — ou quais devem ser as fronteiras regionais adequadas? Nos últimos anos, as tendências são claras: o investimento industrial desloca-se para o Norte, concentra-se uma terciarização excessiva em Lisboa, ideologias de esquerda enraizam-se mais facilmente no Sul. Mas como esquecer que desde há tanto se desenham oposições regionais, e se encontram quadros de vida específicos nas gentes do Norte, distintos no litoral e no interior, e que se demarcam dos do Sul? Como não saber que sobretudo desde a implantação romana os povos do Noroeste se pulverizaram no espaço, trabalhando pequenas explorações agrícolas intensivas em trabalho, que absorvem boa parte da forte pressão demográfica; e que os do Sul e do Nordeste se concentram em povoações aglomeradas, com formas agrícolas menos intensivas em trabalho, e formas colectivas de exploração (pág. 119, por exemplo)? Como esquecer que a difusão civilizacional romana e árabe encontrou maiores dificuldades de penetração no Norte, e maiores facilidades no Sul deixando não só marcas diferentes da sua presença, como contribuindo para uma maior abertura das gentes do Sul (pág. 55 e 131 segs., por exemplo)? Como iludir que desde há muito a pequena propriedade predomina no Norte, e as grandes explorações no Sul (pág. 79-80)?

A que se deverá então, por exemplo, o recente surto industrial do Norte? É arriscado, mas podemos pensar que ele se deve ao individualismo económico — a pequena iniciativa privada — que há muito aí predomina. A que se deverão os conflitos sociais recentes no Alentejo? Eles não estão desligados da divisão da terra que há muito existe, e da «brutal oposição entre ricos e pobres» que a região sempre

conheceu (pág. 82). Como interpretar as assimetrias demográficas portuguesas sem saber que há séculos a população se adensa no litoral atlântico (pág. 124)? E como explicar o apego à agricultura como fonte complementar de reprodução, sem pensar que o povo português há muito se ligou aos trabalhos do campo, actividade económica fundamental — e que isso tem consequências culturais importantes (pág. 129)?

Estas interpretações não parecem ser teoricamente abusivas. De facto, como escreve o próprio O. Ribeiro<sup>(2)</sup>, o povoamento é a «expressão das relações entre o homem e a terra, resultante, por um lado, de condições naturais, por outro, da forma de colonização, modos de vida, sistemas de exploração», que evoluem com «certa independência das influências do ambiente». Ora não só o ambiente natural permanece, desde há séculos, como o acumular de relações sociais forja tecidos cujos destinos dependem estreitamente do passado remoto.

O segundo traço fascinante do livro de O. Ribeiro é a articulação entre condições físicas e sociais (mesmo se isso se liga a toda uma escola de Geografia). A especialização científica distinguiu claramente, até hoje, não só os diferentes domínios das Ciências Sociais, como as desligou das condicionantes naturais. Ora pouco disto surge nesta obra: as diferentes Ciências Humanas completam-se no texto — a etnografia, a sociologia, a economia, a demografia, a história, até a linguística —, e ligam-se estreitamente à Geografia Física.

Continuará a ser abusivo, para alguns autores, mas certas ligações parecem verificar-se: como distinguir a sociabilidade de rua dos povos mediterrânicos do seu clima aprazível? — «A amenidade do clima», escreve O. Ribeiro, «convida à vida na rua (...)» (pág. 36). Como separar o sistema de propriedade agrícola do Norte e do Sul das suas diferentes condições climáticas: a mais intensa humidade do Norte, que permite a policultura de regadio intensiva, e a maior aridez do Sul, que favorece a monocultura de sequeiro (pág. 79-82 ou 113)? Como isolar a mais difícil penetração das civilizações romana e árabe do relevo mais acentuado do Norte, ou do seu clima menos propício (pág. 95 e 57)? E como desligar a estrutura urbana das

idades do Sul da secura do Verão mediterrânico (pág. 97)? Como dissociar a unificação da sociedade portuguesa sem lembrar a «planura litoral contínua», que permitiu que se «propagassem idênticos modos de vida» (pág. 125)? Ou como separar o conservadorismo do Nordeste do relevo que o isola (pág. 133)? Ou ainda as constantes relações civilizacionais e comerciais do mundo mediterrânico, dos estuários e mar aprazíveis à navegação (pág. 19-20)?

Algumas destas interpretações parecerão arriscadas. Mas num tempo de interdisciplinaridade crescente estes exemplos poderão ser proveitosos: internamente às Ciências Sociais, por razões evidentes; pela articulação entre factos físicos e sociais, por lembrarem que os fenómenos sociais não se desenrolam num «vazio» físico, desligando-se do ambiente que os rodeia. A larga interdisciplinaridade da Geografia pode, aliás, justificar a actual imprecisão do seu objecto teórico. Não apresentará ela, ao preocupar-se com o estudo global do Homem, dimensões pioneiras dos novos modelos das Ciências Humanas?

O terceiro aspecto que surpreende neste livro é o forte amor à terra e gente — ou humanismo — que o autor revela. Como está tão distante a dedicatória da obra — aos «camponeses, pastores, moleiros, almocreves, pescadores» que «nunca a poderão ler» (pág. IX) — da fria epistemologia durkheimiana, que trata os objectos de estudo como «coisas»... Certas obras técnicas, escreve o autor, falharam por se terem desintegrado do seu «condicionamento humano» (pág. 158); como não pensar que a ciência de O. Ribeiro não é uma ciência do homem mas para o homem? Se esta epistemologia é, de alguma forma, transgressiva, como a metodologia, podemos pensar que apresentam aspectos do que são hoje as transformações que afectam a ciência moderna<sup>(3)</sup>.

Há ainda um quarto traço positivo neste livro. Ele lembra-nos como é importante conhecer a realidade portuguesa para se fazer ciência. Gerações várias de universitários (como a do autor da presente recensão) foram educadas na aprendizagem de modelos teóricos de origem alheia, que reflectem outras realidades

(2) Idem, pág. 468.

(3) Cf. B. S. Santos, *Um discurso sobre as ciências*, Universidade de Coimbra, 1986.

económicas e sociais. Se os conceitos científicos exprimem as realidades onde foram construídos, é possível que os quadros teóricos com que trabalhamos sejam inadequados para o estudo da realidade portuguesa, que têm inutilmente forçado. O próprio autor refere-se a este problema, na *Orientação Bibliográfica*: em muitos dos escritos recentes — escreve — «(...) as preocupações de informação bibliográfica, a imitação de modelos estrangeiros, no geral tomados de países de grande desenvolvimento económico e por isso distorcidos entre nós, a metodologia e até a epistemologia (...) sobrelevam o estabelecimento de factos de base e interpretações exactamente conduzidas» (pág. 173).

De facto, em que país vivemos? Os modelos teóricos a que nos habituámos são os dos países mais desenvolvidos; mas grande parte da realidade portuguesa nos afasta deles: os indicadores estatísticos, por exemplo, colocam-nos sempre em último lugar na escala europeia, sempre próximos da Turquia. Como não admitir a pobreza do país — e a especificidade da sociedade — na elaboração dos conceitos científicos? E porque não aceitar a originalidade dos povos mediterrânicos na construção da Europa (pág. 21)? Tal não significa que O. Ribeiro não se apoie em cientistas de outras nacionalidades na elaboração das suas análises. Mas a preocupação em conhecer rigorosamente Portugal, e a sua forte base documental de autores portugueses conferem-lhe genuinidade.

O livro tem, evidentemente, problemas. As sucessivas actualizações de dados estatísticos realizadas conduzem, por vezes, a confusões de datas, ao se justaporem frequentemente informações de tempos diferentes. Excertos do texto parecem apresentar uma sedimentação de escritas, realizadas em tempos — e com realidades — distintas.

O maior inconveniente é a sua antiguidade (relativa), por vezes manifesta. Se os traços estruturais, ou os aspectos metodológicos e epistemológicos se podem considerar perenes, há certas análises que datam claramente a obra, e que levam à dificuldade (ou impossibilidade) da sua actualização. A economia e sociedade de que O. Ribeiro fala são essencialmente agrárias — mesmo se marcaram profundamente a nossa sociedade. As análises de *Geografia Industrial* — de que são

exemplos os trabalhos recentes de João Ferrão ou António Gama — são quase ausentes da obra (embora a industrialização tardia e difusa no Mediterrâneo seja lembrada — pág. 37); a terciarização da sociedade portuguesa não é assunto também desenvolvido. A intensa industrialização recente das regiões litorais Centro e Norte (o Noroeste e a Estremadura setentrional, para o autor) não é focada neste trabalho (o desenvolvimento secundário e terciário da região de Lisboa é, porém, aflorado — pág. 156); o surto do turismo algarvio é esquecido nalguns pontos do texto (por exemplo, pág. 162). Alguns anacronismos polvilham a obra: por exemplo, a págs. 92 (materias de construção), 126 (a utilização do moliço e do sargaço), 152 (as migrações sazonais), 154 (a alusão à utilidade da ponte sobre o Tejo, em Lisboa), 162-164 (o Algarve). Parte deste livro (nem sempre identificável) surge, assim, como recolha etnográfica da realidade portuguesa, de actualidade duvidosa.

273

No limite, poderemos pensar que mesmo alguns dos traços estruturais que o autor aponta perderão relevância — mas isso o próprio O. Ribeiro reconhece: «Resta saber» — escreve no Prefácio à actual edição — «se esse passado se continua no presente ou se não estamos perante o virar irreversível de uma página histórica conclusa» (pág. XX). Os fenómenos que ele aponta, e que o tornam pessimista quanto ao futuro da civilização mediterrânica, são a emigração, o turismo, a industrialização e o crescimento urbano. Da desactualização relativa da obra não podemos, talvez, culpar o autor, mas a data em que ele a escreveu.

Finalmente, certas passagens da *Geografia Física*, relatadas mais em pormenor — a vegetação ou o relevo, por exemplo —, poderão parecer menos interessantes a um cientista social.

A sensação que fica, depois de ler este livro, é que não era possível conhecer Portugal antes de o ler. Os vários estímulos que ele fornece, e que apontámos no início, poderão levar — admitimo-lo — a uma adesão precipitada a algumas das suas teses. Mas de que é feito o pensamento científico — ou a própria vida — senão desses estímulos? ■

João Peixoto

## Competitividade e Política Comercial

*Industrie Mondiale: la competitivité à tout prix*, C.E.P.I.I., Paris, Economica, 1986.

274

Até ao fim dos anos 60, o crescimento económico das diferentes zonas do mundo desenvolvido assentou em bases estáveis e fortes. A hierarquia das procuras sectoriais e a estabilidade da maior parte das variáveis macro-económicas, faziam com que a conquista dos mercados se fizesse sobretudo pela presença nos sectores ascendentes e pela retirada dos sectores em declínio. Os ganhos de produtividade e as baixas relativas dos preços aumentavam a competitividade, aceleravam o crescimento e afastavam as economias concorrentes.

A crise internacional e os «choques petrolíferos vieram alterar esta situação. Os preços relativos dos produtos modificaram-se acentuadamente e a competitividade dum indústria ou dum economia passa a repousar na capacidade de ter em conta as múltiplas variações da economia mundial.

O Centre d'Études Prospectives et d'Informations Internationales (C.E.P.I.I.) no seu relatório anual publicado em 1986 dá-nos uma descrição e uma avaliação dos problemas que se colocam na concorrência entre as principais economias desenvolvidas<sup>(1)</sup>. O livro está dividido em quatro capítulos, que tratam, respectivamente, das mudanças na produção e comércio de bens manufacturados à escala mundial (cap. 1), do papel dos preços na concorrência entre a Europa, Estados Unidos e Japão (cap. 2), da crise dos sectores da siderurgia e do alumínio (cap. 3) e da concorrência e do progresso tecnológico nas indústrias de informação (cap. 4).

Entre outros aspectos destacamos dois: — a abertura crescente do mercado interno norte-americano, que era um mercado fechado com uma taxa de penetração (M/D)<sup>(2)</sup> da ordem dos 3% nos anos 60 e se tornou um mercado relativamente

<sup>(1)</sup> Estudos semelhantes foram editados em 1983, *Economie Mondiale: la montée des tensions*, Paris, Economica, e em 1984, *Economie Mondiale 1980-90: la fracture?*, Paris, Economica.

<sup>(2)</sup> A taxa de penetração mede a relação entre as importações (M) e a procura interna (D).

aberto à concorrência internacional, com uma taxa de penetração da ordem dos 12% em 1985;

— a emergência da economia japonesa excedentária em produtos manufacturados, não só pelo crescimento das exportações, mas também pela ausência de abertura do mercado interno para produtos manufacturados importados em geral.

### A RELAÇÃO DE FORÇAS INTERNACIONAL

Desde 1963 que o mercado americano se abre regularmente às importações, de tal forma que a taxa de penetração cresceu ao ritmo de 4,5% ao ano. Ao mesmo tempo, a taxa de exportação (X/Q)<sup>(3)</sup> passou por ciclos marcados por períodos de baixa e de alta. O período de baixa de 1979 a 1985 traduziu-se na constituição dum enorme déficit comercial, que, do ponto de vista das exportações, se alimentou da subida do dólar (cap. 1, pág. 18).

Do ponto de vista sectorial, a especialização americana apresenta contrastes marcados entre três sectores fortemente excedentários, constituídos pelas máquinas mecânicas, a informática e o material de precisão, e a química, e os outros sectores industriais. Nos primeiros, as firmas americanas são competitivas do ponto de vista estrutural e suportam a concorrência apesar dos movimentos desfavoráveis do dólar daquele período. Nos outros, a competitividade faz-se essencialmente pelos preços e não consegue evitar movimentos de perda em relação aos concorrentes (cap. 1, pág. 22).

O principal beneficiário do déficit americano foi o Japão, que viu o peso da sua produção crescer de 7% entre 1963 e 1983, assim como o peso das suas exportações nas exportações mundiais (7%). Ao mesmo tempo, a procura interna de produtos manufacturados cresceu a uma taxa mais rápida que a dos seus concorrentes (6,8% de 1963 a 1983 contra 2,9% nos USA e na Europa), mas as importações japonesas apenas aumentam 0,8% nas importações mundiais.

O capítulo 2 apresenta os resultados de alguns testes econométricos que procu-

<sup>(3)</sup> A taxa de exportação mede a relação entre as exportações (X) e a produção nacional (Q), embora nesta publicação se utilize a relação (X/D).

ram avaliar o papel dos preços na concorrência internacional, por intermédio de elementos extraídos da teoria da procura e dos produtos diferenciados.

Globalmente considerados, os mercados internos europeu e americano são muito sensíveis à competitividade-preço, de tal forma que uma baixa do preço das importações se traduz em perdas significativas de partes de mercado pelos produtores nacionais. Pelo contrário, a competitividade-preço no Japão é menos importante. Uma baixa do preço relativo das importações induz sobretudo uma melhoria dos termos de troca, sem que as partes de mercado dos produtores nacionais sejam muito afectadas.

Este bloqueio do mercado interno japonês resulta de vários factores e é sectorialmente diferenciado: há sectores não competitivos que são protegidos (alumínio, produtos a montante da petroquímica têxtil, alimentação), há sectores estruturalmente competitivos em relação aos quais não se fazem praticamente importações (electrónica de consumo, automóvel) e sectores de futuro protegidos (telecomunicações, informática) associados a uma substituição de importações em curso acompanhada duma penetração exportadora.

#### O NOVO PAPEL DA POLÍTICA COMERCIAL

As alterações referidas traduzem-se numa mudança do peso quantitativo e qualitativo do comércio internacional para os USA. Ao contrário do que se passava até ao fim dos anos 70, a firma americana típica tem de suportar uma concorrência agressiva, quer nas vendas ao exterior quer nas vendas no seu próprio mercado.

O próprio panorama da especialização internacional parece conter novos elementos. Não bastam as diferenças em recursos para explicar a direcção e o conteúdo do comércio internacional. A partir da II Guerra Mundial uma larga parte das trocas entre países desenvolvidos parece reflectir igualmente vantagens temporárias motivadas pela acumulação de experiência, pelas economias de escala ou pelos avanços tecnológicos. A vantagem comparativa parece ser determinada pelos conhecimentos gerados nas próprias empresas pela experiência e pela I & D.

As informações contidas no capítulo 4 acerca das indústrias de informação ilustram que o *ratio* I & D/despesas do PIB cresceram largamente em todos os países da OCDE, e que elas conferem um papel central às curvas de experiência. Isto significa que quanto mais cresce o volume de produção mais baixam os preços unitários (cap. 4, pág. 257).

Esta situação convida a reflectir sobre o papel da política comercial, do mercado e do comércio livre. A teoria neoclássica do comércio internacional demonstra que o mercado livre é o melhor meio de afectar os recursos escassos: capital, trabalho, matérias primas. O mecanismo dos preços e a concorrência entre empresas individuais oferecem uma forma descentralizada de escolher as actividades da utilização mais racional dos recursos limitados. O comércio livre seria sempre a melhor solução.

A rápida emergência do Japão numa posição de competidor mundial de primeiro plano em produtos industriais, veio mostrar que um esforço planeado, empregando vários instrumentos de política comercial, pode ser uma solução para fomentar a dimensão (a escala de produção), o nível de qualidade e de sofisticação necessários para se ser competitivo no mercado mundial.

Neste caso, a acção do Estado e o próprio modelo de concorrência nada têm a ver com a atomização em muitas pequenas empresas incapazes de influenciar o preço praticado no mercado. Pelo contrário, trata-se duma concorrência oligopolística, onde as atitudes de cada firma atingem estrategicamente a posição e a acção dos rivais.

Significa isto que proteger o mercado interno ou limitá-lo a algumas firmas permitiu aumentar a produção e alargar a experiência (*learning by doing*) necessárias para diminuir os custos marginais e extrair vantagens de dimensão ou economias de escala. Estas abrem a possibilidade de exportar e, assim, atinge-se um modelo de desenvolvimento do tipo *import protection as export promotion*.

Daqui que surja uma corrente de opinião nos USA que valoriza a acção selectiva duma política comercial activa, como forma de aconselhar uma política económica que responda às novas formas de concorrência japonesa e a tirar conclusões daquele modelo de desenvolvimento.

276 São disso exemplo os escritos de J. A. Brander e B. J. Spencer («International Research & Development Rivalry and Industrial Strategy» *Review of Economic Studies*, 1983, 50), A. K. Dixit («International Trade Policies for Oligopolistic Industries» *Economic Journal*, 1984, 94), P. K. Krugman («Scale Economies, Product Differentiation and the Pattern of Trade», *American Economic Review*, 1980, 70) e A. J. Venables («International Trade in Identical Commodities: Cournot Equilibrium with Free Entry», *Centre for Economic Policy Research, Discussion Paper*, 1984, 9), entre outros.

#### OS SECTORES ESTRATÉGICOS

O papel atribuído às economias de escala, à experiência e à inovação na explicação dos padrões do comércio internacional conduz à possibilidade de admitir que os diferentes sectores da economia não são homogéneos. Existem sectores que podem ser retribuídos com salários e/ou lucros que não obteriam em qualquer outro emprego alternativo (rendas); ou que têm importantes efeitos de difusão sobre o resto da actividade económica (*Spillover effects*).

Estes sectores «estratégicos» poderiam beneficiar duma política comercial activa de protecção e de promoção. Se for possível provar que os sectores de alta tecnologia geram efeitos de difusão, então justificar-se-ia uma política de protecção e de subsídio às exportações, já que isso elevará o rendimento nacional em detrimento de outros concorrentes.

A «nova» economia internacional e a política comercial estratégica encontra provas empíricas suficientes para uma política de protecção e estímulo a determinadas actividades, que melhoram a competitividade das empresas nacionais em mercados de concorrência imperfeita e em produtos intensivos em investigação e tecnologia.

É aqui que se enquadram os problemas da guerra comercial Japão/USA a propósito da indústria de semi-condutores e dos acordos de auto-limitação das exportações. Se os USA perdem o lugar indiscutível de primeiro plano na indústria mundial de semi-condutores, perdem igualmente a possibilidade de inovar nesta indústria e na electrónica, e por extensão, perdem a possibilidade de difundir as inovações a uma série de outras potenciais utilizadoras. Logo, em sectores estratégi-

cos como os semi-condutores, dos quais depende a competitividade de muitas actividades, as perdas e ganhos tornam-se perdas e ganhos cumulativos.

Assim se compreende que surjam as primeiras medidas de protecção para limitar as exportações japonesas no mercado americano, contrariando a tradição deste país que só pratica esse tipo de medidas discriminatórias em casos muito especiais, como são a indústria de defesa e a agricultura, ou em sectores em crise (têxteis, siderurgia e automóvel).

#### A POLÍTICA INDUSTRIAL JAPONESA

O livro que acabamos de referenciar é uma confirmação a vários níveis de que as condições da concorrência internacional estão em vias de se redimensionarem, dando origem a uma nova relação de forças, a novos sectores de actividade e provavelmente a novos modelos de desenvolvimento.

O ascenso económico do Japão é um movimento contínuo dos últimos 35 anos que levanta uma série de reflexões. No fim da II Guerra Mundial este país tinha um baixo *stock* de capital, uma agricultura dependente e não tinha matérias primas. Era menos desenvolvido que os USA ou a Europa Ocidental.

A especialização industrial japonesa passou dos têxteis e outros produtos intensivos em mão-de-obra nos anos 50, para mercadorias intensivas em capital como o aço, a construção naval e o automóvel nos anos 60 e 70, para hoje entrar nas áreas da alta tecnologia como os semi-condutores e as fibras ópticas.

A estratégia foi sempre a mesma: começar com uma tecnologia simples adquirida no estrangeiro, copiar, depois investir em I & D para assimilar aquela tecnologia às necessidades nacionais e, por fim, entrar numa fase criativa produzindo melhor e diferente dos outros. Isto é, só depois de se dominarem segmentos simples do mercado se entra em níveis mais complexos.

A penetração no mercado faz-se a dois tempos, combinando os efeitos da competitividade-preço e da competitividade estrutural, da concorrência pelos custos e da diferenciação; primeiro, conquista de partes de mercado por intermédio de custos mais baixos em produtos muito substi-

tuíveis com os dos concorrentes; depois, com o aumento da dimensão do mercado e com os rendimentos de escala, diferenciação dos produtos (alteração da qualidade, alargamento da gama).

Neste movimento o Estado interveio protegendo e estimulando as exportações da siderurgia ou da construção naval nos anos 50, das máquinas ou dos automóveis nos anos 60, e agora desde os anos 70, das indústrias intensivas em tecnologia.

Apesar disto, os subsídios para as indústrias nascentes são pequenos quando comparados com os que se encaminham para outras áreas, nomeadamente a agricultura, o caminho de ferro, a energia e outras infra-estruturas. Mais ainda, à medida que as indústrias nascentes se consolidam, os incentivos vão progressivamente diminuindo até desaparecerem. ■

Adelino Fortunato

---

### A Crítica da Patologia da Modernidade

---

Reflexão sobre Jürgen Habermas, *Teoria dell'agire comunicativo*, Il Mulino, Bolonha, 1986, (trad. it. da «Theorie des kommunikativen Handelns», Frankfurt, 1981)

Pelo seu passado «frankfurtiano», pelo seu definir-se «marxista», pelas suas origens filosóficas e pelos seus conhecimentos sociológicos, Habermas estava, de certo modo, predestinado a tentar a via de uma nova «teoria geral». Com efeito, muitos dos seus escritos e livros anteriores deixavam transparecer a inclinação para formular uma teoria geral, sob a forma de uma *teoria do agir comunicativo*.

O primeiro volume ocupa-se da «Racionalidade na acção e racionalização social», e o segundo da «Crítica da razão funcionalista».

O primeiro capítulo afronta o plano meta-teorético e metodológico, mas o que o caracteriza verdadeiramente são as modalidades da «determinação conceitual provisória» da racionalidade. O ponto de partida fundamental é a distinção entre o *agir comunicativo* e o *agir estratégico*. Com o primeiro os indivíduos entram em contacto entre si para comunicar, para se compreenderem, no limite para se convence-

rem através do diálogo, do discurso. Com o segundo, os indivíduos procuram, ao contrário do primeiro, prevalecer uns sobre os outros. Com o *agir comunicativo* procuram o consenso, o acordo, a construção de relações dialógicas. Com o segundo procuram o sucesso, o poder, a construção de escalas hierárquicas. Em relação a esta crucial dicotomia habermasiana surgem desde logo alguns problemas e alguma perplexidade. Em síntese, cremos que não se pode deixar à sociedade o monopólio do *agir comunicativo*, automaticamente definido como positivo, e à política o monopólio do *agir estratégico* (definido como negativo). Por outro lado, o *agir político* é construído, por natureza, sobre a dupla racionalidade comunicativa e estratégica, que é por sua vez a sua característica especial. Este ponto é fundamental, seja numa perspectiva metodológica, seja numa perspectiva substancial.

277

Sempre no capítulo introdutório temos a classificação dos modelos de acção social: teleológico, normativo (regulado por normas) e dramático.

No *agir teleológico*, o autor realiza um objectivo «no mundo dos factos», escolhendo os meios mais adequados ou tomando uma decisão entre várias alternativas, na base de uma avaliação da situação. O agir teleológico transforma-se em estratégico quando no cálculo do autor entra a previsão das decisões do outro. Cálculo e acção guiados por critérios de máxima utilidade. O *agir normativo* (regulado por normas) é o que se refere a um sector-membro de um grupo ou comunidade no qual se partilham os mesmos valores. Central aqui, é a observância de uma expectativa generalizada de comportamento comum, que não tem, no entanto, o valor de uma prognose, mas de uma norma a seguir. Este modelo normativo de acção está na base da teoria dos papéis. O *agir dramático* caracteriza uma interacção no qual cada um é «público» e teatro do outro. O autor representa-se a si mesmo diante dos outros, regulando o acesso dos outros à própria subjectividade.

A culminar esta tipologia encontra-se o *agir comunicativo*. Este é caracterizado «pela interacção de pelo menos dois sujeitos capazes de comunicar e agir, estabelecendo uma relação intersubjectiva, interpessoal. Os actores (sujeitos) procuram um entendimento para coordenar, de comum acordo, os próprios planos de

acção e logo o próprio agir. O conceito central de interpretação refere-se, em primeiro lugar, ao acordo (*aushandeln*) sobre as possíveis definições da situação, susceptíveis de consenso. Neste modelo a linguagem assume uma importância decisiva» (vol. I., p. 98 e 102). O *agir comunicativo* é, por assim dizer, a síntese dos modelos de acção e das referências no mundo, no momento em que para «concertar», em conjunto, as situações susceptíveis de consenso, é preciso fazer referência ao mundo objectivo, social e subjectivo dos interessados. Em suma, é no *agir comunicativo* que se condensam e *superam* todos os outros modelos de acção.

O agir comunicativo de Habermas, imputável a um sujeito capaz de comunicar e agir racionalmente, deixa antever um iluminismo radical, que só é possível numa sociedade de cientistas.

O segundo capítulo refere-se à teoria da racionalização em Max Weber, pondo em destaque três aspectos: a transformação estrutural das imagens religiosas do mundo; o potencial conhecimento das várias esferas diferenciadas de valor (ciência, moral, arte); e o modelo selectivo da modernização capitalista.

O terceiro e sexto capítulos, «Considerações intermédias» têm um carácter de síntese do caminho percorrido.

A primeira *consideração* (cap. III: «Agir social, actividade finalizada e comunicação»), desenvolve a teoria do agir comunicativo através da pragmática formal, com um confronto com a literatura anglo-saxónica que estuda os actos linguísticos.

A segunda *consideração* intermédia (cap. VI: «Sistema e mundo vital») aprofunda a categoria da *Lebenswelt* (o mundo da vida) sobretudo na óptica da sua disjunção do sistema. Esta tentativa teórica consente quer a actualização das teses weberianas, quer a reformulação das teses marxistas da reificação.

O quarto capítulo estuda a racionalização como reificação, de Lukács a Adorno. Partindo das aporias da recepção marxista de Weber, vêm à colação os limites da «teoria da consciência» que vicia o marxismo ocidental não menos que a «teoria crítica» de Frankfurt. Daí a necessidade de mudar o paradigma da racionalidade — no sentido da racionalidade comunicativa.

O quinto capítulo é dedicado à sociologia da religião de Durkheim e à teoria da

comunicação de Mead, levando a cabo esta passagem graças ao conceito de «interacção mediata da linguagem», conduzida pelas normas; o conceito de «elaboração linguística do sacro», introduz a ideia da racionalização do mundo vital que, para além de dar uma perspectiva original ao tema do «mundo da vida» (*Lebenswelt*), permanece um fundamento orientador do sucessivo desenvolvimento do trabalho habermasiano.

O sétimo capítulo é um pontual percorrer das teses de Parsons, apresentadas como problema de construção da teoria da sociedade. É enfrentado o nó entre a teoria da acção e a teoria sistemática. A distinção e onexo entre integração sistemática e integração social obtêm aqui a sua plena formulação, reafirmando-se parte integrante e insubstituível do aparelho conceptual do próprio Habermas.

O oitavo capítulo é um capítulo de síntese e oferece, sob o título «De Parsons através de Weber até Marx», uma releitura definitiva da teoria Weberiana da modernidade e uma recuperação do conceito marxista de «abstracção real». A reificação e coisificação apresentam-se agora como colonização do mundo vital. O parágrafo final, reformula os objectivos de uma renovada teoria crítica.

Perante uma construção de tal modo vasta podemos tentar aqui apenas o aprofundamento de alguns aspectos relevantes, iniciado no princípio desta recensão crítica da obra de Habermas. De qualquer modo podemos dizer, com uma certa tranquilidade, que a Teoria do *agir comunicativo* se pode considerar uma das melhores «histórias das teorias» sociológicas.

Com efeito, toda a imponente construção habermasiana tende a girar em torno dos conjuntos conceituais (mundo vital-sistema, racionalidade-racionalização) e da harmonia-desarmonia destes elementos. O problema surge, frequentemente, na reconstrução crítica dos conceitos, na sua definição e na sua utilização. Este é, em particular, o caso da definição e utilização da categoria de *mundo vital*. Esta categoria, segundo os autores a que faz referência, vem definida como «quadro transcendental de uma possível experiência quotidiana», ou como o «âmbito da realidade que o adulto atento e normal encontra como simplesmente dado», ou ainda «lugar transcendental no qual o sujeito comunicante e sujeito ouvinte se encon-

tram, no qual podem avançar reciprocamente a pretensão de que, as suas expressões se harmonizem com o mundo (objectivo, social, subjectivo), no qual possam criticar e confirmar estas pretensões de validade, manifestar a divergência e procurar o entendimento» (p. 714).

Habermas pretende «corrigir a redução culturalista do conceito de mundo vital» e fá-lo com eficácia, sobretudo quando distingue as relações actor-mundo, que podem ser estabelecidas pelos sujeitos: «qualquer coisa que num único mundo, aquele objectivo, tem lugar ou vem produzido; qualquer coisa que no mundo social, partilhado por todos os que pertencem a um colectivo, vem reconhecido como «devido»; ou ainda qualquer coisa que outros actores atribuem ao próprio mundo subjectivo, acessível ao sujeito comunicante de modo privilegiado» (p. 706).

O seu objectivo, não está só em mostrar a evolução social como um processo de diferenciação («a par e passo cresce a complexidade do sistema e a racionalidade do mundo vital»), mas em sugerir os riscos de uma colonização dos mundos vitais pelo sistema. Tendência tanto mais grave e perigosa, quanto «o mundo da vida permanece o subsistema que define a consciência do mundo social no seu complexo» (p. 750). A complexidade (parsoniana e luhmanniana) e racionalidade (weberiana), constituem, portanto, as duas balizas através das quais se podem analisar os processos de modernização e avaliar criticamente as etapas intermédias, êxitos possíveis e desenvolvimentos futuros.

Para atingir tal fim, Habermas defronta deliberadamente a tarefa da reconstrução da racionalidade e da racionalização, num reexame aprofundado dos contributos de alguns grandes sociólogos: de Marx a Durkheim, de Mead a Parsons e depois a Lukács, Horkheimer e Adorno, homens da escola de Frankfurt e Luhman. Em todos estes autores, Habermas propõe-se fazer não só a reflexão teórica sobre a racionalidade, entendida como utilização do saber, mas também a reflexão crítica da acção e a avaliação, também crítica, dos seus resultados.

Estamos de acordo com Rusconi, na sua bela introdução à obra de Habermas, quando afirma que a *Teoria do agir comunicativo* sabe explicar a história e a sociedade, sabe fornecer uma convincente *Teoria da modernidade* e simultaneamente preparar os instrumentos de prática poli-

tica» (p. 29). Neste sentido, julgamos pertinente fazer referência à sua crítica da «patologia da modernidade», que consideramos de capital importância.

Segundo Habermas, a racionalização moderna do mundo da vida, que deveria regular o funcionamento dos processos reprodutivos e a sua diferenciação em relação aos momentos internos da cultura, da sociedade e da pessoa, gera, por sua vez — por interferência dos imperativos funcionalistas da racionalização do sistema — uma série de deformações patológicas, que Habermas descreve do seguinte modo: no plano da *reprodução cultural* a deformação patológica do mundo da vida, manifesta-se na forma de uma perda de sentido; no plano social, com uma perda de legitimação e, no plano da pessoa, com uma crise de orientação e uma crise dos modelos educativos; no plano da *integração social* produz-se uma situação patológica de anomia e, paralelamente, no plano cultural, verifica-se uma crise de identidade social, enquanto no plano da pessoa se verifica o fenómeno da alienação; no plano da *socialização* surgem deformações psicopatológicas, que correspondem, no plano da cultura, à ruptura com a tradição e no plano da sociedade à perda de motivação (2.º vol.).

Habermas não aceita a explicação da patologia da modernidade nos termos de uma reificação (Lukács) ou de uma crítica da razão instrumental (Horkheimer e Adorno), porque este tipo de explicações, permanecendo no horizonte consciencialístico, identifica a totalidade social com o mundo da vida e absolutiza, deste modo, o ponto de vista do agente. Habermas, por sua vez, concebe a complexidade social seja como mundo da vida, seja como sistema, isto é, nos seus dois aspectos essenciais. É importante notar que, para Habermas, o sistema está sempre ancorado ao mundo da vida, no qual encontra o próprio fundamento e sentido (do mesmo modo que para Husserl o mundo da vida representa o terreno originário do qual nascem as objectivações do saber científico). Assim, na explicação da patologia da modernidade, a compreensão da conexão entre sistema e mundo da vida resulta determinante. A crítica da escola de Frankfurt à razão instrumental via todos estes processos do ponto de vista do sujeito agente, sem distinguir entre a racionalização própria do mundo da vida e a racionalização dos sistema. A racionalização do mundo moderno era vista como

uma consequência inevitável da civilização (2.º vol.).

Distinguindo entre mundo da vida e sistema, Habermas pode alargar a crítica da razão instrumental, numa crítica da razão funcionalista, conduzida sob o ponto de vista do observador do sistema. Habermas interpreta, assim, a reificação produzida pela racionalização e pela modernização como a génese da patologia interna do mundo da vida, produzida pelas instâncias sistémicas através de mediações (o dinheiro e o poder) e por fim a colonização tecnológica. No mundo da vida colonizado pelo sistema, produz-se uma segmentação dos seus momentos estruturais (cultura, sociedade, pessoa), que provoca o empobrecimento cultural, a fragmentação da consciência, a perda de legitimação e a perda de orientação.

Segundo Habermas, são as infraestruturas comunicativas do mundo da vida, (que por indução sistémica sofrem deformações patológicas), que se reflectem na consciência crítica, na racionalidade comunicativa nele conservada. Defende, portanto, que à teoria da falsa consciência se substitua uma teoria da consciência fragmentada, e à teoria da consciência de classe uma teoria da modernidade (2.º vol.). O autor esplana o caminho para uma interpretação e uma crítica dos processos de racionalização (não nos termos de uma contraposição cega e totalizante à razão instrumental e tecnológica (Horkheimer, Adorno e em parte Heidegger), ou de uma reacção que recusa e restaura (K. Lorenz, C. Schmitt, e talvez Heidegger), mas do ponto de vista de uma teoria global dos tipos de racionalidade e, sobretudo, na base da recepção de um momento denso de racionalidade, como o da *racionalidade comunicativa*. Neste sentido, fornece uma crítica da modernidade a partir do ponto de vista da modernidade, isto é, uma crítica que, defendendo a modernidade da utopia e das reacções ou restaurações, tem ainda tempo de tomar em atenção os seus problemas e de observar a sua patologia.

A crítica habermasiana da patologia do moderno, acenta, na distinção de dois aspectos fundamentais da sociedade, isto é, o mundo da vida e o sistema, e sobretudo na tácita convicção que o mundo da vida constitui momentos integros de racionalidade comunicativa, os quais originariamente caracterizariam a sua estrutura, vindo posteriormente a ser deforma-

dos patologicamente pelos imperativos e instâncias sistémicas.

Pode-se, agora, observar que o atribuir um carácter patológico às transformações produzidas no mundo da vida pelas instâncias sistémicas, pressupõe evidentemente, a existência de um ponto de vista integro, isto é, não afectado pela patologia, que é para Habermas a perspectiva da racionalidade comunicativa. Este é a meu ver o ponto débil da construção de Habermas, visto que é difícil conceber que o mundo da vida seja originariamente o depositário desta racionalidade. Isto é, o mundo da vida é originariamente estruturado, como Habermas diz, segundo a racionalidade comunicativa?

De qualquer modo, permanece ainda o problema de saber como é que o mundo da vida pode continuar a ser depositário e a desenvolver esta racionalidade comunicativa se sofre profundamente as influências patológicas dos imperativos sistémicos, nomeadamente do poder e do dinheiro. A não ser que esta racionalidade comunicativa se tenha refugiado nos núcleos densos do mundo da vida, isto é, no cidadão, mas especialmente nas comunidades intermédias, nas associações, nas colectividades, em suma, nos entes associativos. O ideal seria uma revitalização das pequenas e médias associações, uma espécie de reconstituição do pluralismo originário.

Mas, se é assim, então a teoria do agir comunicativo deveria assumir a forma de uma *Teoria do agir participativo* que, como jurista, classificaria de *Teoria do agir procedimental*, tanto mais que, segundo Habermas, a mediação do mundo da vida em relação aos subsistemas da economia e da administração, provoca a colonização tecnológica do primeiro.

Só assim, cremos, será possível realizar a sua teoria do agir comunicativo e limitar eficazmente a discricionariedade patológica do sistema sobre o mundo da vida, isto é, sobre o mundo do cidadão dialógico e participante. Se, como diz Habermas, a crise do Estado Social está relacionada com a «defesa e a reconstituição dos mundos da vida ameaçados», e que «em breve os novos conflitos não se desencadeiam na base de problemas de distribuição, mas sobre questões relativas à gramática das formas de vida» (p. 1072), então *uma teoria do agir participativo* tem pleno sentido e actualidade.

Em conclusão, se o agir político é, por natureza, constituído sobre a dupla racionalidade comunicativa e estratégica, então o caminho justo é desenvolver a primeira e restringir a segunda, o que na sociedade política moderna pressupõe uma «teoria do agir participativo» e uma «Democracia procedimental». Por outras palavras, trata-se de colocar a teoria do agir comunicativo *sobre as plantas*, isto é sobre a nova «gramática das formas de vida».

Creemos, por último, que o caminho a seguir não está nem na racionalidade moderna de coloração tecnológica, nem

no iluminismo radical da teoria do agir comunicativo de Habermas, mas na racionalidade participativa de natureza procedimental.

O novo Estado de Direito deve basear a sua legitimidade num discurso «racional-procedimental», de modo a resolver dialogicamente não só os problemas ainda vitais da distribuição (económica), mas também os pertinentes às *formas de vida*. ■